

GAZETA MERCANTIL

O grupo de Cartagena e o problema da dívida externa

18 SET 1984

Com paciência, decisão e clareza de posições, os 11 países latino-americanos, que agora já formam o chamado "grupo de Cartagena", acabaram de dar, no final da semana, mais um passo na difícil jornada que encetaram em busca de uma solução política de alto nível para o problema da dívida externa. Problema comum, que, no caso destes países, ascende a mais de 350 bilhões de dólares. Na verdade o grupo de nações latino-americanas — Colômbia, Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Peru, Equador, México, República Dominicana, Uruguai e Venezuela — responde por mais da metade da dívida externa do Terceiro Mundo.

Conforme estarão lembrados os leitores, este processo de aproximação diplomática e política entre os devedores teve início, em meio a descrédito de um lado e a temores de formação de um cartel de outro, no mês de junho, em Cartagena, na Colômbia. Na ocasião ficou combinado que outra reunião se faria na Argentina, o que acaba de acontecer, em Mar del Plata.

Só que neste segundo round a idéia central que move a diplomacia latino-americana ficou bem mais clara. Os chanceleres e os ministros financeiros do grupo concordaram em que será feito convite aos governos das nações credoras industrializadas para um diálogo direto, em data a ser marcada.

A forma que assumirá tal convite e o momento de encaminhá-lo são questões a serem definidas ainda. O Departamento do Tesouro dos EUA já manifestou sua opinião contrária a qualquer reunião de cúpula com os países de Cartagena.

O Departamento do Tesouro dos EUA é chefiado por Donald Regan, que já mostrou ser contra muitas outras coisas que, todavia, tiveram de ser feitas, desde que "estourou" o problema da dívida internacional. Suas posições e manifestações nem sempre refletem a opinião do governo norte-americano. Naturalmente, se os chefes de Estado latino-americanos, na sequência desta reunião de Mar del Plata, e em momento propício, dirigem-se aos chefes de Estado dos governos industrializados convidando-os formalmente para uma reunião de cúpula, será muito difícil qualquer recusa pura e simples, e aí a opinião do Departamento do Tesouro ou de outra unidade isolada de qualquer governo terá pouco valor.

A questão toda é eminentemente política e diplomática, naturalmente, embora o objetivo da ação conjugada seja achar soluções para um problema financeiro. De modo que não é ao Departamento do Tesouro dos EUA que compete ditar o comportamento para o seu governo na questão, e sim ao Departamento de Estado e à própria Casa Branca.

É claro que não se pode imaginar que um acontecimento de tão grande relevância se concretize em curto período de tempo. Antes de mais nada é necessário não apenas criar as condições políticas para isso mas chegar a uma agenda, uma pauta de assuntos, que possibilite uma reunião frutífera. Não adiantaria nada e seria até desastroso se tal reunião de cúpula entre devedores e credores terminasse sem resultados, sem alguma solução, ou sem uma diretriz na direção da boa solução. Por isso é preciso paciência. E é preciso esperar que certos dados políticos amadureçam: por exemplo, quem serão os presidentes no maior país credor e no maior país devedor (EUA e Brasil, respectivamente), para citar apenas um fator importante. Imaginemos que Mondale e não Reagan seja o próximo presidente norte-americano. Não adiantará nada o que o atual secretário do Tesouro lanque esteja dizendo. Mesmo no caso da reeleição de Reagan é possível que sua própria política atual em relação ao problema da dívida se modifique, no que, aliás, acredita Henry Kissinger, que manifestou essa opinião, ao desembarcar no Brasil no final da semana.

O documento de Mar del Plata lembra no seu primeiro ponto que, se até o momento foi evitada a desestabilização do sistema financeiro internacional, a ameaça continua presente, uma vez que subsiste a profunda crise do endividamento externo. Nós poderíamos acrescentar que a desestabilização do sistema financeiro internacional foi evitada graças ao imenso

esforço, principalmente de dois grandes devedores, Brasil e México, no sentido de continuar honrando seus compromissos a despeito do sacrifícios que isto trouxe para suas economias, o que quer dizer, para suas populações. Outros devedores latino-americanos também têm feito das tripas coração, como se diz, para não "virar a mesa". Mas o terceiro maior devedor mundial, a Argentina, ainda não se decidiu a assumir as responsabilidades necessárias para quem deseja participar seriamente da mesa de negociações, e isso, sem dúvida, tem dificultado não apenas a política do grupo de Cartagena como a passagem do atual esquema de frágil sustentação financeira dos balanços de pagamentos para uma solução mais sólida e mais promissora do problema da dívida.

Aliás, na linha de soluções mais sólidas está, por exemplo, a liberalização do comércio mundial e o combate ao protecionismo, tal como foi debatido no encontro informal sobre comércio internacional no Rio de Janeiro, e vem sendo defendido por William Brock, assistente especial de Reagan para assuntos comerciais.

O que é evidente para todo mundo é que economias de enorme importância, como é o caso da economia brasileira, por exemplo, não podem continuar tremendamente vulneráveis a fatores não controláveis, como as taxas de juros internacionais, e a incertezas sobre seu próprio desenvolvimento futuro. Ainda agora, na semana passada, tivemos com o novo pacote do Conselho Monetário Nacional uma amostra da fragilidade do esquema até agora montado: quando a economia começava a revelar sinais de recuperação e estabilização vê-se açoitada por medidas administrativas adotadas em função de necessidades mais de natureza burocrática — cumprir metas e datas estabelecidas num acordo formal — do que de natureza real. É claro que o que interessa a todo mundo, a nós brasileiros e também a nossos credores, é que a economia cresça, pois é isso que irá levar à melhoria das garantias e da segurança dos próprios credores. No entanto, eis que um débil movimento de crescimento tem de ser abortado para que se cumpra um formalismo cego que, todavia, só pode ser revisto, liberalizado e adequado às novas realidades por decisões de alto nível, conjugadas e coordenadas entre governos credores e devedores. Criar condições para esse tipo de decisões é o papel do grupo de Cartagena, que já tem nova reunião marcada para o início de 1985.